

Acertando o alvo

EURIDES BRITO DA SILVA

Ex-secretária de Educação do DF. É vice-presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada

Educação

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em 1995, traz, entre outras, duas boas notícias, certamente relacionadas entre si. A primeira é que, de 1993 ao ano passado, o trabalho infantil se reduziu em 1,7%. Ainda assim, havia 3,3 milhões de trabalhadores de 10 a 14 anos de idade,

com destaque para a área rural do Nordeste. A segunda é que a percentagem de crianças fora da escola de 1º grau caiu de 15,5, em 1990, para 9,8, em 1995. É provável que, nos anos futuros, estes dados vergonhosos para o País se reduzam mais ainda, haja vista a atuação pontual sobre áreas de trabalho infantil, como as carvoarias de Mato

Grosso e as regiões de citricultura de Franca, São Paulo, onde, para cada criança matriculada na escola, a família, segundo consta, recebe uma bolsa de R\$ 25,00 mensais. A quantia é muito pequena, mas a intenção é correta ao reconhecer que, para famílias pobres, o custo da educação não envolve só o ma-

terial escolar, o deslocamento à escola e o uniforme ou a roupa utilizada para frequentar um estabelecimento de ensino. Além desses itens, há o tempo que poderia ser utilizado ganhando algo para o sustento.

Portanto, programas sociais como este tendem a acertar o alvo, porque detectam um problema específico, circunscrevem uma

área e canalizam os recursos para atingir aquele objetivo. Não se trata de distribuir dinheiro, oferecendo o peixe às famílias pobres, mas possibilitando às crianças aprender a pescar. Entretanto, isto não

esgota o assunto: a Constituição proíbe o trabalho até aos 14 anos de idade, cabendo ao Poder

Público aplicar as sanções devidas aos empregadores.

Todavia, embora estas perspectivas sejam promissoras, não cabe descansar. A questão infantil é mais complexa do que aparenta. Não há uma relação simples e unívoca entre estudo e trabalho, como, por exemplo, se a criança ou

adolescente tem que trabalhar, deixa a escola. Há empregos que facilitam o financiamento e a continuidade dos estudos, naturalmente após a idade mínima de admissão ao trabalho. E, por outro lado, segundo pelo menos uma pesquisa, o trabalho pode ser uma saída honrosa para deixar a escola, isto é, a escola, por meio da múltipla repetência, expulsa o aluno, que encontra no trabalho uma alternativa para o fracasso escolar.

É doloroso, mas não podemos fugir a esta conclusão: Não só a pobreza, mas a escola é amplamente responsável pelo abandono dos alunos. É preciso, portanto, atacar as causas externas à escola, mas principalmente as internas.

A prova deste fato é que a repetência no ensino fundamental, pelos dados oficiais, caiu apenas de 20,2 para 18,4 entre 1980 e 1994. Estes dados, que, na verdade, devem ser maiores, mostram que a pedagogia da repetên-

cia não recuou no Brasil.

Assim, distribuir dinheiro às famílias de crianças trabalhadoras desde que estas as mandem à escola, enquanto o fracasso as expulsa desta última, é, no mínimo, um desperdício. Portanto, é preciso que se invista na escola, para que ela tenha recursos adequados. É

preciso também que os professores sejam remunerados à altura e que, ao mesmo tempo, eles sejam capacitados e cobrados quanto à sua importante responsabilidade social. Sob este aspecto o número de professores impõe uma tarefa ciclópica. Programas descentralizados, com o auxílio da televisão e outros meios, têm alcançado muito limitado se a recepção

não é muito bem organizada. Afinal, aprende-se fazendo e não se mudam atitudes arraigadas com vivências epidérmicas. Equipar escolas e formar professores é, por conseguinte, o desafio que permitirá ao Brasil superar as mazelas do ensino fundamental e ingressar verdadeiramente no próximo milênio.

**ão só a
pobreza,
mas também a
escola é
amplamente
responsável pelo
abandono dos
alunos:**



24 SET 1996

JORNAL DE BRASÍLIA